



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2003

Objectivos de
Desenvolvimento do Milénio:
Um pacto entre nações para
eliminar a pobreza humana



Publicado
para o Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Lisboa
MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Lda.
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D
2745-158 QUELUZ
PORTUGAL



AGRADECIMENTO

A tradução e a publicação da edição portuguesa
do Relatório do Desenvolvimento Humano 2003
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



MENSAGEM

MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Direitos de Autor ©1998
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA
<http://www.undp.org/undp/hdro>

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização da Editora Mensagem.

Edição em língua portuguesa MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D - 2745-158 QUELUZ
Telef. +351 214 342 110 • Fax +351 214 342 119

Tradução: José Freitas e Silva e Alexandre Abreu

Coordenação da tradução e revisão técnica: João Estêvão

Capa e design: Gerald Quinn, Quinn Information Design, Cabin John, Maryland

Paginação e preparação gráfica: João Mendes - Artes Gráficas, Lda. - Telemóvel 919 032 125

Impressão e acabamento: SIG - Sociedade Industrial Gráfica, Lda.
Bairro de S. Francisco, Lote 1-6
P. 2685-466 Camarate - PORTUGAL
Telefone: (351) 219 473 701 • Fax: (351) 219 475 970

ISBN 978-8730-08-X

Depósito Legal N.º

GRUPO DE TRABALHO PARA A PREPARAÇÃO DO
Relatório do Desenvolvimento Humano 2003

Directora e Redactora Chefe
Sakiko Fukuda-Parr

Conselheira Especial
Nancy Birdsall

Redactor Convidado
Jeffrey Sachs

Grupo de trabalho nuclear

Silva Bonacito, Emmanuel Boudard, Carla De Gregorio, Haishan Fu (Estatístico-Chefe), Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Santosh Mehrotra, Tanni Mukhopadhyay, Omar Noman (Director-Adjunto), Stefano Pettinato, David Stewart, Aisha Talib, Nena Terrell e Emily White

Consultores principais

Nancy Birdsall, Fernando Calderón, Isidoro P. David, Angus Deaton, Diane Elson, Richard Jolly, James Manor, Ann Pettifor, Sanjay Reddy e Frances Stewart.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Revisores: Charis Gresser e Bruce Ross-Larson

Design: Gerald Quinn

Este grupo de trabalho beneficiou da estreita colaboração dos participantes de O Projecto do Milénio

John McArthur (Manager), Chandrika Bahadur, Michael Faye, Margaret Kruk, Guido Schmidt-Traub e Thomas Snow

Coordenadores e Redactores do grupo de especialistas de O Projecto do Milénio

Jhoney Barcarolo, Nancy Birdsall, Kwesi Botchwey, Mushtaque Chowdhury, Prarthna Dayal, Lynn Freedman, Pietro Garau, Caren Grown, Amina Ibrahim, Calestous Juma, Yolanda Kakabadse Navarro, Alec Irwin, Zahia Khan, Jim Kim, Yee-Cheong Lee, Roberto Lenton, Ruth Levine, Don Melnick, Patrick Messerlin, Eva Ombaka, Joan Paluzzi, Mari Pangestu, Geeta Rao Gupta, Allan Rosenfield, Josh Ruxin, Pedro Sanchez, Sara Scherr, Elliott Sclar, Burton Singer, Smita Srinivas, M.S. Swaminathan, Paulo Teixeira, Awash Teklahaimanot, Ron Waldman, Paul Wilson, Meg Wirth, Albert Wright e Ernesto Zedillo

Prefácio

Este Relatório tem a ver com uma ideia simples: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Nascidos da histórica Declaração do Milénio adoptada por 189 países na Cimeira do Milénio da ONU, em Setembro de 2000, estes oito Objectivos – que vão desde reduzir para metade a pobreza extrema até travar a propagação do HIV/SIDA e matricular todos os rapazes e raparigas na escola primária, até 2015 – estão a transformar o desenvolvimento. Governos, organismos de ajuda e organizações da sociedade civil estão, em toada a parte, a reorientar o seu trabalho em torno dos Objectivos.

Mas, apesar destes compromissos, bem-vindos, de em teoria reduzir a pobreza e avançar noutras áreas do desenvolvimento humano, na prática – como este Relatório torna muito claro – o mundo já está atrasado. Em relação a alguns dos Objectivos, grande parte do mundo está no caminho. Mas quando o progresso é desagregado por região e país e dentro dos países, é claro que resta uma enorme quantidade de trabalho. Mais de 50 nações tornaram-se mais pobres na última década. Muitas estão a ver a esperança de vida baixar devido ao HIV/SIDA. Algumas das que têm pior desempenho – muitas vezes dilaceradas por conflitos – estão a ver diminuir a escolarização e cair o acesso a cuidados básicos de saúde. E em quase toda a parte o ambiente está a deteriorar-se.

A parte central deste Relatório é dedicada à avaliação de onde se encontram os maiores problemas, analisando o que precisa de ser feito para reverter estes retrocessos e apresentando propostas concretas sobre a maneira de acelerar o progresso no sentido da realização de todos os Objectivos. Ao fazê-lo, fornece um argumento persuasivo da razão por que, mesmo nos países mais pobres, ainda há a esperança de que os Objectivos possam ser atingidos. Mas, embora dêem um novo enquadramento para o desenvolvimento, que exige resultados e aumenta a responsabilidade, os Objectivos não são um instrumento programático. A vontade política e as boas ideias políticas que sublinham qualquer tentativa de atingir os Objectivos só podem funcionar se forem transformadas em estratégias de desenvolvimento controladas e conduzidas a nível nacional, orientadas por uma ciência sã, boa economia e governação transparente e responsável.

É por isso que este Relatório também lança um Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Construído sob o compromisso que os líderes mundiais assumiram na Conferência de Monterrey de 2002, sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, de forjar “uma nova parceria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento” – uma parceria destinada a pôr directamente em prática a Declaração do Milénio – o Pacto proporciona um largo enquadramento da maneira como as estratégias de desenvolvimento nacional e o apoio internacional dos doadores, dos organismos internacionais e doutros podem ser melhor alinhados e compatibilizados com a dimensão do desafio dos Objectivos. E o Pacto atribui responsabilidades directamente a ambos os lados: exigindo reformas corajosas aos países pobres e obrigando os países doadores a avançar no apoio a esses esforços.

O propósito não é apresentar mais uma nova visão, ou uma solução universal para os problemas do mundo em desenvolvimento; os últimos 50 anos foram perdidos, juntamente com planos de desenvolvimento inviáveis. Em vez disso, o Pacto procura esclarecer as áreas fundamentais de intervenção – desde a governação democrática até à estabilidade económica e aos compromissos com a saúde e a educação – que devem orientar os esforços nacionais e o apoio internacional aos Objectivos. Nos países de rendimento médio, estas intervenções devem ser integradas com processos orçamentais regulares e estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Nos países mais pobres, os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza serão, provavelmente, o instrumento mais apropriado. A questão não é dar algo de novo, ou colocar mais fardos sobre governos já demasiado pressionados, mas apresentar ideias concretas sobre a maneira de assegurar que as belas palavras da Declaração do Milénio – elevando a pobreza ao topo da agenda mundial – se traduzam em planos de acção reais, controlados pelo país, que tornem essas palavras numa realidade.

Há boas razões tecnocráticas para adoptar esta abordagem. Tal como este Relatório torna claro, os Objectivos não só apoiam o desenvolvimento humano, mas também são atingíveis com políticas correctas e recursos suficientes. Mas o verdadeiro poder dos Objectivos é político. São a primeira visão mundial de desenvolvimento que conjuga um aval político global com um en-

foque claro nas populações mais pobres do mundo e os meios que sobre elas devem ser aplicados.

As pessoas pobres preocupam-se com o que acontece aos seus níveis de rendimento. As pessoas pobres preocupam-se com a ida dos seus filhos à escola. As pessoas pobres preocupam-se com a discriminação das suas filhas em termos de acesso ao ensino. As pessoas pobres preocupam-se enormemente com as pandemias e as doenças infecciosas, como o HIV/SIDA, que estão a devastar comunidades em África. E as pessoas pobres preocupam-se muito com o seu ambiente e com o acesso a água limpa e saneamento. Agora, com a democracia a espalhar-se pelo mundo em desenvolvimento, as pessoas pobres podem finalmente fazer mais do que preocupar-se.

Num sentido muito genuíno, os Objectivos são um manifesto do desenvolvimento para cidadãos comuns de todo o mundo: questões com prazo, mensuráveis, questões de bolso que as pessoas compreendem imediatamente – e, o que é mais importante, com dados adequados, permitindo-lhes responsabilizar os seus governos e a comunidade internacional mais ampla por atingir os Objectivos.

Isso é importante. Porque, enquanto o principal foco do Pacto de Desenvolvimento do Milénio são os primeiros sete Objectivos e a maneira como se aplicam aos países em desenvolvimento, não é exagero dizer que o êxito ou o fracasso da nova parceria global que o mundo está a tentar construir dependem de se atingir o oitavo Objectivo: aquele que especifica o compromisso dos países ricos de ajudar os países pobres que estão a empreender, com boas intenções, reformas económicas, políticas e sociais.

Uma conclusão fundamental deste Relatório é de que a redistribuição e a mobilização de mais recursos internos para atingir as metas relacionadas com os Objectivos, reforçando a governação e as instituições e adoptando políticas sociais e económicas sãs, são essenciais para cumprir os Objectivos, mas estão longe de ser suficientes. O Relatório está cheio de exemplos de países que são reformadores modelos – mas que não atingiram um crescimento pleno devido ao isolamento geográfico, ambientes hostis, ou outras deficiências, o que quer dizer que o apoio externo sustentado a níveis muito acima dos existentes é decisivo para fazer avançar o seu desenvolvimento.

As iniciativas de longo prazo para reduzir para metade a fome e a pobreza falharão sem a reestruturação fundamental do sistema mundial de comércio – particularmente na agricultura – que inclui o desmantelamento dos subsídios dos países ricos, a redução

das tarifas aduaneiras e o nivelamento das regras do jogo. A luta contra o HIV/SIDA, a malária e outras doenças perder-se-á sem o fornecimento efectivo aos países pobres de medicamentos essenciais e a preços acessíveis. O planeamento fiscal estável e de longo prazo será impossível para alguns dos países mais pobres sem o alívio mais sistemático e sustentado da dívida. E por último mas não menos relevante, importa recordar que as estimativas de um adicional de 50 mil milhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento para atingir os Objectivos são um mínimo – e pressupõem reafecções em grande escala e melhor acesso aos recursos internos e outras fontes de financiamento.

Para que seja concretizada a visão fundamental dos Objectivos como meio de gerir melhor a globalização, em nome das pessoas pobres, estes Objectivos devem ser vistos como um pacote indivisível. É um pacote portador de uma promessa sem precedentes de melhoria do desenvolvimento humano em todo o mundo – e uma promessa que todos os países se comprometeram a cumprir. O desafio é envolver os países nas suas promessas e ajudá-los a atingir os Objectivos.

Todo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* é um esforço de colaboração que depende da ajuda e do saber, não só de um dedicado grupo nuclear, mas também de uma grande diversidade de amigos e conselheiros. Este ano, esse grupo é mais amplo do que é habitual, porque o PNUD conseguiu recorrer ao trabalho preliminar de O Projecto do Milénio – uma rede de mais de 300 decisores políticos, executantes e especialistas de todo o mundo, que estão a dar o seu tempo, saber e energia a um esforço de três anos para identificar novas estratégias estimulantes para ajudar os países a atingir os Objectivos.

Tal como aconteceu com os Relatórios anteriores, esta é uma análise independente que procura fazer avançar o debate sobre o desenvolvimento humano e não uma declaração formal de política da ONU ou do PNUD. Em todo o caso, como esboço dos obstáculos e das oportunidades centrais de desenvolvimento na próxima década, acreditamos que ajuda a enquadrar uma ambiciosa agenda para o PNUD e os nossos parceiros de desenvolvimento nos meses e anos vindouros.



Mark Malloch Brown
Administrador, PNUD

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da sua Comissão Executiva ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente, encomendada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Sakiko Fukuda-Parr, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu esse esforço.

Agradecimentos

A preparação deste Relatório não teria sido possível sem as contribuições valiosas de um grande número de pessoas e de organizações.

O grupo de trabalho que preparou o Relatório está particularmente grato pelas colaborações estreitas com a Campanha do Milénio, dirigida por Eveline Herfkens; o Projecto do Milénio, dirigido por Jeffrey Sachs; e a Iniciativa para o Registo dos Objectivos de Desenvolvimento dos Países, liderada por Jan Vandemoortele.

CONTRIBUIÇÕES

A investigação de apoio comissionada para o Relatório teve a contribuição de Nancy Birdsall e Michael Clemens, Fernando Calderón e Christopher Pinc, Isodoro P. David, Angus Deaton, Richard Jolly, James Manor, Ann Pettifor e Romilly Greenhill, Sanjay Reddy e Camelia Miniou, e Frances Stewart.

Os estudos de países sobre temas específicos comissionados para o Relatório tiveram a contribuição de Halis Akder, Gustavo Arriola, Prosper Backiny- Yetna, Nirupam Bajpay, Edgar Balsells, Shuming Bao, Siaka Coulibaly, Michael Faye, Juan Alberto Fuentes, Ricardo Fuentes, Carlos Alonso Malaver, John McArthur, Rosane Mendonça, Solita T. Monsod, Toby T. Monsod, Andrés Montes, Marc Raffinot, Lucía Mina Rosero, Jeffrey Sachs, Alfredo Sarmiento, Thomas Snow, Irena Topinska, Sandra Álvarez Toro, Wing Woo e Natalia Zubarevich.

O Relatório contou também com os contributos dos membros dos grupos de especialistas do Projecto do Milénio, listados em http://www.un-millenniumproject.org/html/task_force.shtm. O Grupo para o Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável do Gabinete de Políticas de Desenvolvimento do PNUD, ofereceu a sua especial contribuição no capítulo deste Relatório que se re-

fere ao ambiente e agradecemos particularmente a Peter Hazelwood, Susan McDade, Charles McNeill, Alvaro Umana e Jake Werksman e, como redactora, a Karen Holmes.

Muitas organizações partilharam generosamente as suas séries de dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono, Centro para as Comparações Internacionais e Inter-Regionais (Universidade da Pensilvânia), Organização para a Alimentação e Agricultura, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, União Inter-Parlamentar, Organização Internacional do Trabalho, Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA, União Internacional das Telecomunicações, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Estatísticas do Canada, Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz, Secção de Tratados do Departamento de Assuntos Legais das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Centro das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (HABITAT), Instituto Inter-Regional de Investigação das Nações Unidas sobre a Criminalidade e a Justiça, Fundo das Nações Unidas para a População, Divisão de Estatística das Nações Unidas, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde, Organização Mundial para a Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio.

O Capítulo 2 beneficiou da utilização de mapas de vários países, criados pelo Centro para a Rede In-

ternacional de Informação sobre as Ciências da Terra, particularmente do trabalho de Deborah Balk, Gregory Booma, Melanie Brickman e Marc Levy.

PAINEL CONSULTIVO

O Relatório beneficiou significativamente do conselho intelectual e da orientação prestados por um painel consultivo externo de peritos eminentes como Sudhir Anand, Per Pinststrup-Anderson, Peggy Antrobus, Roberto Bissio, Shahid Javed Burki, Angus Deaton, Geoffrey Heal, Ellen t’Hoen, Danuta Hübner, Nicolas Imboden, Richard Jolly, K.S. Jomo, Stephen Lewis, Nora Lustig, James Manor, Solita Monsod, Emmanuel Tumisimi Mutebile, Ann Pettifor, Surin Pitsuwan, Jorge F. Quiroga, Steve Radelet, Gustav Ranis, Kate Raworth, Sanjay Reddy, Mary Robinson, Iyer Saradha, Arjun Sengupta, George Soros, Frances Stewart, Joseph Stiglitz, Paul Streeten, Miguel Szekely, Robert Wade e Ngaire Woods. Do painel consultivo sobre estatísticas fizeram parte Sudhir Anand, Paul Cheung, Willem DeVries, Lamine Diop, Carmen Feijo, Andrew Flatt, Paolo Garonna, Robert Johnston, Irena Krizman, Nora Lustig, Ian Macredie, Marion McEwin, Wolf Scott, Tim Smeeding e Michael Ward.

CONSULTAS

Durante a preparação do relatório foram muitas as pessoas consultadas e que deram o seu valioso conselho, informações e materiais. O Grupo de Trabalho agradece a Carla Abouzahr, Masood Ahmed, Claude Akpabie, Diana Alkaron, Sahin Alpay, Philip Alston, Brian Ames, Shaida Badiee, Christian Barry, Grace Bediako, Misha Belkindas, Julia Benn, Anna Betran, Surjit Bhalla, Yonas Biru, Ties Boerma, Virginia Braunstein, Heinrich Brüngger, Edelisa Carandang, Gabriella Carolini, Marion Cheatle, Nicholas Chipperfield, David Cieslikowski, Patrick Cornu, Andrew Creese, Gloria Cuaycong, Sufian Daghra, Alberto Pedro D’Alotto, Shantayanan Devarajan, Volodymyr Demkine, Michael Doyle, Elizabeth Drake, Jean Drèze, Graham Eele, Simon Ellis, Kareen Fabre, Neil Fantom, Shahrokh Fardoust, Kayode Fayemi, Karen Fogg, Phillip Fox, Marta Gacic-Dobo, Gourishankar Ghosh, Alexandre Goubarev, Stefanie Grant, Isabelle Guil-

let, Emmanuel Guindon, Messaoud Hammouya, Sufian Abu Harb, Ines Havet, Eveline Herfkens, Harvey Herr, Nadia Hijab, John Hilary, Masako Hiraga, Karen Holmes, John Hough, Béla Hovy, José Augusto Hueb, Roslyn Jackson, Daniel Janzen, Jens Johansen, Lawrence Jeff Johnson, Robert Johnston, Karen Judd, Kei Kawabata, Taro Komatsu, Eline L. Korenromp, Aki Kuwahara, Olivier Labe, Mark Lattimer, Henri Laurencin, Sophia Lawrence, Haeduck Lee, Richard Leete, Corinne Lennox, Denise Lievesley, Rolf Luyendijk, Nyein Nyein Lwin, Doug Lynd, Esperanza C. Magpantay, Mary Mahy, Kamal Malhotra, Stephen Marks, Gordon McCord, Jeff McNeely, Pratibha Mehta, José Antonio Mejia, Clare Menozzi, Jorge Mernies, Camelia Minouiu, Franco Modigliani, Roland Monasch, Sufian Mushasha, Maryann Neill, Aimée Nichols, Ann Orr, Jude Padyachy, François Pelletier, Francesca Perucci, Rudolphe Petras, Marina Ponti, William Prince, Agnes Puymoyen, Tatiana Rosito, William Ryan, Sudhir Shetty, Antoine Simonpietri, Anuja Singh, Armin Sirco, Anatoly Smyshlyayev, Abigail Spring, Petter Stålenheim, Eric Swanson, Sirageldin Suliman, Minoru Takada, Gordon Telesford, Javier Teran, Benedicte Terryn, Nyi Nyi Thaug, Michel Thieren, Irene Tinker, Zineb Touimi-Benjelloun, Pierre Varly, Neff Walker, Tessa Wardlaw, Catherine Watt, Simon Wezemon, Caitlin Wiesen, Robertson Work, Nuri Yildirim, A. Sylvester Young, Zohra Yusuf, Elizabeth Zaniewski e Hania Zlotnik.

Foram efectuadas consultas com diversos grupos em reuniões de trabalho sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Daca (Bangladeche) e em Bratislava (Eslováquia), com grupos da sociedade civil no Fórum Social Mundial que se realizou em Porto Alegre (Brasil) e durante os painéis de debate no Fórum Social em Hyderabad (Índia). O Grupo de Trabalho agradece particularmente a Roberto Bissio, Marina Ponti e Caitlin Wiesen por ter proporcionado estas consultas.

Foi realizada uma consulta estatística informal que prestou ajuda ao grupo de trabalho com comentários e sugestões. O grupo de estatística agradece a Simon Ellis, Brian Hammond, Robert Johnston, Gareth Jones, Denise Lievesley, Laila Manji, Robert Mayo, Abdelhay Mechbal, Sulekha Patel, Francesca Perucci, José Pessoa, Eric Swanson, Michel Thieren, Abiodun Williams e A. Sylvester Young.

O Grupo de Trabalho do Relatório realizou várias consultas informais com o conselho executivo do PNUD e com vários membros do Programa.

LEITORES DO PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, ofereceu os seus valiosos comentários, sugestões e interpretações durante a fase de elaboração do Relatório. O Grupo de Trabalho está particularmente agradecido a Anne-Birgitte Albrechtsen, Zéphrin Diabre, Djibril Diallo, Moez Doraid, Enrique Ganuza, Ameerah Haq, Nicola Harrington, Rima Khalaf Hunaidi, Selim Jahan, Zahir Jamal, Abdoulie Janneh, Bruce Jenks, Deborah Landey, Khalid Malik, Elena Martinez, Kalman Miszei, Shoji Nishimoto, Hafiz Pasha, Monica Sharma, Mark Suzman, Julia Taft, Álvaro Umana, Jan Vandemoortele, Gita Welch e Jake Werksman.

APOIO ADMINISTRATIVO

Oscar Bernal, Renuka Corea-Lloyd, Mamaye Gebretsadik, Maria Leon, Myriame Montrose e Bhagirathi Savage deram apoio administrativo à preparação do Relatório. Outros colegas do Gabinete do Relatório deram o seu inestimável apoio: Sarah Burd-Sharps, Ana Cutter, Carolina Den Baas, Sharmila Kurukulasuriya, Juan Pablo Mejía, Mary Ann Mwangi, e Frédéric Teboul. O Relatório beneficiou ainda do trabalho e dedicação de estagiários: Nicola Baroncini, Bethany Donithorn, Abdoulie Abrar Janneh, Barcai M. Karim, Alia Malik, Julia Wanjiru Schwarz, Wilatluk Sinwat e Lara Weisstaub. Nebi Ayele, Gilberto de Jesus e Stephanie Meade deram o seu valioso contributo ao grupo de estatística.

Foi igualmente de extrema importância o apoio administrativo e organizativo prestado por Jennifer Copeland do Projecto de Desenvolvimento do Milénio, Debbie Creque, Dan Nienhauser and Martha Synnott do Instituto da Terra, da Universidade de Columbia, e Rana Barar, Lisa Dreier, Evelyn Luciano, Alissa Schmelz, Brian Torpy, Christie Walkuski e Haynie Wheeler do grupo de especialistas do Projecto do Milénio.

Liliana Izquierdo, Juan Luís Larrabure, Natália Palgova e Gerardo Nuñez do Gabinete das

Nações Unidas para o Serviço de Projectos deram o seu valioso apoio administrativo e organizativo.

EDIÇÃO, PRODUÇÃO E TRADUÇÃO

Como em anos anteriores, o Relatório beneficiou do trabalho dos revisores da Communications Development Incorporated: Meta de Coquereumont, Paul Holtz, Elizabeth McCrocklin, Bruce Ross-Larson e Alison Strong. A concepção gráfica do Relatório deve-se a Elaine Wilson e Wendy Guyette.

O Relatório beneficiou ainda da tradução, *design*, promoção e trabalho de distribuição do Gabinete de Comunicações do Administrador do PNUD, e agradecemos particularmente a Maureen Lynch, William Orme, Hilda Paqui, Pia Reunala e Erin Trowbridge. As traduções foram revistas por Alia Al-Dalli, Jean Barut, Ghaith Faliz, Enrique Ganuza, Yolaine Michaud, Cielo Morales e Vladimir Scherbov.

* * *

O Grupo de Trabalho expressa o seu sincero apreço pelos revisores especializados do Relatório—Richard Jolly, Solita Monsod e Jorge F. Quiroga—que reviram cuidadosamente os primeiros escritos do Relatório e partilharam os resultados das suas investigações mais recentes, dando também assim um contributo suplementar. O Grupo de Trabalho está igualmente muito agradecido a Ian Macredie, Lene Mikkelsen e Darryl Rhoades, os revisores estatísticos que escrutinaram o uso de dados no Relatório e emprestaram o seu conhecimento estatístico.

Finalmente, os autores estão particularmente agradecidos a Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD pela sua liderança e visão. Apesar de gratos por todo o apoio recebido, os autores assumem a inteira responsabilidade pelas opiniões expressas no Relatório.



Sakiko Fukuda-Parr

Directora

Relatório do Desenvolvimento Humano 2003

Índice

INTRODUÇÃO

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana 1

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio 15

Dar prioridade a países que ficaram para trás 15
Limiares críticos para sair das armadilhas da pobreza 17
Cachos de políticas para escapar às armadilhas da pobreza 18
Execução do pacto de desenvolvimento do milénio 20
Conclusão 24

CAPÍTULO 1

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 27

Uma agenda para acelerar o desenvolvimento humano 27
Origem, evolução e acompanhamento 29
São importantes os objectivos mundiais? 29
Enfrentar os críticos 30
As metas mundiais devem ser controladas pelo país 30

CAPÍTULO 2

Desafios prioritários para atingir os Objectivos 33

Contrastes acentuados entre e dentro das regiões 34
Reversões do desenvolvimento humano nos anos de 1990 40
Esforços para alcançar os objectivos 43
Bom desempenho de alguns dos países mais pobres 45
Alargamento dos hiatos dentro dos países: quem é que está a ser deixado para trás? 46

CAPÍTULO 3

Vencer as barreiras estruturais ao crescimento – para alcançar os Objectivos 67

Do desenvolvimento humano para o crescimento económico – e vice-versa 68
Padrões recentes – e problemas – do crescimento económico mundial 70
Desafios estruturais da geografia desfavorável, mercados pequenos e custos de comércio elevados 71
Boas políticas, crescimento económico e desenvolvimento humano 74
Políticas fracas, declínio económico e pobreza humana 75
Escapar às armadilhas da pobreza 76
Políticas de crescimento que beneficiam as pessoas pobres 78

CAPÍTULO 4

Políticas públicas para melhorar a educação e a saúde das pessoas 85

- Atingir o objectivo da fome 87
 - Atingir os objectivos da educação 92
 - Atingir os objectivos da saúde 97
 - Atingir os objectivos da água e saneamento 103
 - Prioridades transversais 107
-

CAPÍTULO 5

Finanças privadas e provisão de saúde, educação e água 111

- Porque é que a provisão privada aumentou nos países pobres? 111
 - Saúde 112
 - Educação 114
 - Água e saneamento 116
 - Abordagens promissoras 117
-

CAPÍTULO 6

Políticas públicas para assegurar a sustentabilidade ambiental 123

- Recursos ambientais 125
 - Respostas de política 126
-

CAPÍTULO 7

Mobilizar o apoio popular para alcançar os Objectivos 133

- A descentralização – crescimento, importância e pressupostos 134
 - Os movimentos sociais e as novas formas de participação popular 140
-

CAPÍTULO 8

Política e não caridade: o que os países ricos podem fazer para ajudar a alcançar os Objectivos 145

- Ajuda – mais e mais eficaz 146
 - Alívio da dívida – mais rápido e mais profundo 152
 - Comércio – abrir mercados, reduzir subsídios 154
 - Tecnologia mundial – partilhar os frutos do conhecimento mundial 157
 - Viver de acordo com os compromissos da Declaração do Milénio: política e não caridade 160
-

Notas 163

Nota bibliográfica 167

Bibliografia 169

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

- Pobreza, globalização e crescimento: perspectivas sobre algumas das ligações estatísticas *Joseph E. Stiglitz* 80
-

CAIXAS

- 1.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum 28
- 1.2 São importantes os objectivos mundiais? 31
- 2.1 Criar capacidade estatística – procura sem precedentes, oportunidade urgente 35

2.2	Que se passa com a desigualdade de rendimento mundial? Níveis grotescos, tendências ambíguas	39
2.3	Medir a privação de rendimentos: onde traçar a linha?	42
2.4	Lutando para atingir os Objectivos – definir países de prioridade máxima e alta	44
2.5	Conflitos violentos e os Objectivos	45
2.6	São possíveis grandes saltos em frente em poucos anos – não em décadas	46
2.7	Dados internos desagregados de países: relatórios nacionais de desenvolvimento humano	47
2.8	Conflitos internos de países	48
3.1	Crescimento necessário para reduzir a pobreza para metade	67
3.2	Bangladeche – grande e interior, com acesso à costa	71
3.3	Desafios na região andina	72
3.4	China e Índia – crescimento impressionante, diferenças importantes	73
3.5	Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e países com conflitos	77
3.6	O que é necessário para fazer funcionar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no Uganda	79
4.1	Capacidades e acção das mulheres – essenciais para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	86
4.2	Lições de política de países com realização elevada na saúde e na educação	87
4.3	Aumentar a fertilidade do solo na África Subsariana	91
4.4	Políticas agrícolas e segurança alimentar	92
4.5	Despesa militar ou educação? As inconsistências da acção governativa	93
4.6	O êxito da Tailândia na prevenção do HIV/SIDA	98
4.7	Prioridades políticas e intervenções técnicas	99
4.8	Integrar programas verticais em sistemas de saúde que funcionam	102
4.9	Garantir medicamentos essenciais para todos – êxito no Butão	103
4.10	Saneamento economicamente acessível na Índia	105
4.11	A África do Sul e o “direito” à água	106
5.1	Serviços sociais e o Acordo Geral sobre Comércio nos Serviços	112
5.2	Taxas de utilizador na África do Sul e na Bolívia	117
5.3	Sistemas públicos de água bem sucedidos	118
5.4	Manila Metropolitana e Buenos Aires: desempenho misto em experiências de privatização da água	119
5.5	A Iniciativa de Bamako: juntar recursos comunitários para cuidados de saúde	120
6.1	Como a mudança climática global ameaça os países em desenvolvimento	124
6.2	Melhorar a vida dos habitantes de bairros degradados	127
6.3	Envolver residentes locais na conservação de Guanacaste, Costa Rica	128
6.4	Promover a equidade e o ambiente – um exemplo de criatividade fiscal no Brasil	128
6.5	Pescas mundiais – afundadas pelos subsídios	129
6.6	Derrubar florestas – com subsídios	129
6.7	Respostas de política à mudança climática	130
7.1	Madia Pradexe e Rajastão – políticas educativas com resultados à vista	135
7.2	Pressões mútuas para a responsabilização – entre as autoridades locais e a sociedade civil – fortalecem a governação no estado brasileiro do Ceará	137
7.3	A descentralização ajuda a aumentar a equidade no estado indiano de Kerala	138
7.4	A descentralização ajuda a reduzir a pobreza?	141
8.1	Objectivo 8 de Desenvolvimento do Milénio	145
8.2	Ajuda pública ao desenvolvimento: a meta de 0,7%	146

8.3	Novo financiamento para os Objectivos	147
8.4	Fazer funcionar as parcerias lideradas pelo governo na Tanzânia	149
8.5	Recentrar a cooperação técnica no desenvolvimento da capacidade	151
8.6	O que é a iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados?	152
8.7	Uma proposta de reestruturação da dívida para atingir os Objectivos	154
8.8	O longo poder internacional dos subsídios domésticos	156
8.9	A aposta de Doha para os exportadores africanos de algodão	157
8.10	O índice de compromisso com o desenvolvimento	161

QUADROS

2.1	Países que viram baixar o índice de desenvolvimento humano, anos 80 e 90	40
2.2	Crescimento económico e privação de rendimento: ligações fortes	41
2.3	As mudanças na parcela e no número de pessoas que vivem com 1 dólar dia têm sido desiguais	41
2.4	Países grandes enfrentam grandes ameaças de HIV/SIDA até 2025, mesmo com uma epidemia moderada	43
2.5	Taxas de mortalidade de crianças: mudanças nos níveis e nos hiatos da riqueza, países seleccionados, anos 80 e 90	49
5.1	Projectos de investimento em água e saneamento envolvendo participação privada, vários países, 1990-94 e 1995-2000	116
6.1	Por que razão alcançar o Objectivo ambiental é tão importante para os outros Objectivos?	125
8.1	Recebimentos líquidos da ajuda pública ao desenvolvimento por região, 1990-2001	147
8.2	Comércio: exploração das oportunidades – ou não	154
8.3	Tarifas e reduções pós Ronda do Uruguai em países e grupos seleccionados	155
8.4	Responsabilidades dos países ricos	160

FIGURAS

2.1	Linha temporal: quando é que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio serão realizados se o progresso não acelerar?	33
2.2	Comparação da mortalidade de crianças nos países da OCDE com outras regiões: as desigualdades estão a crescer, 1990 a 2001	38
2.3	Retrocessos no desenvolvimento humano	40
2.4	Crescimento rápido é a excepção – os países populosos têm bom desempenho	40
2.5	Crescimento e privação de rendimento: ligações não automáticas	41
2.6	Os casos de HIV/SIDA subiram vertiginosamente	43
2.7	Perda de esperança de vida devido ao HIV/SIDA	43
3.1	Rendimento per capita e privação de rendimento, anos 1990	68
3.2	Desenvolvimento humano e rendimentos	69
3.3	Do desenvolvimento humano ao crescimento – e vice-versa	70
4.1	Raparigas instruídas levam vidas diferentes	85
4.2	Aumenta a insegurança alimentar	88
4.3	Custos familiares elevados levam à escolarização primária baixa	95
4.4	Uma grande parte da ajuda para a saúde vai para os serviços básicos	101
4.5	Muitas famílias urbanas têm falta de água e saneamento	104
6.1	Maior consumo de gasolina está associado com preços mais baixos nos países da OCDE, 2001	126
8.1	Ajuda — o que é necessário, o que é doado?	146

8.2	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em declínio	146
8.3	Ajuda pública ao desenvolvimento, desembolsos líquidos	147
8.4	Para os mais pobres: apanhados entre a diminuição da ajuda e o nível da dívida	152
8.5	Gastos desviados do serviço da dívida para o desenvolvimento humano em 10 países beneficiários do alívio da dívida dos PPAE	153
8.6	Vacas e algodão recebem mais ajuda do que as pessoas, 2000	155
8.7	Os subsídios agrícolas da OCDE diminuem a ajuda, 2001	156
8.8	Terapia de reidratação oral (TRO) reduz a mortalidade de crianças apesar da estagnação do rendimento	158

DESTAQUES

2.1	Progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	51
2.2	Medir o desenvolvimento humano: os índices de desenvolvimento humano	60
2.3	Alargamento dos hiatos no interior dos países – entre áreas e grupos	62
	Mapa 1 Distribuição geográfica do rendimento na China, 2000	62
	Quadro 1 Taxas de analfabetismo no Brasil por regiões, idades de 15 anos e mais, 1990 e 2001	62
	Mapa 2 Alfabetização de adultos no México, 2000	63
	Mapa 3 Índice de desenvolvimento humano nas Filipinas, 1994	63
	Quadro 2 Taxas de mortalidade infantil na Índia, por estado e regiões, anos 1990	64
	Mapa 4 Mortalidade materna na Guatemala, 1997	64
	Mapa 5 Índice de desenvolvimento humano nas regiões da Rússia, 2000	65
3.1	Desafios do desenvolvimento – através das lentes da geografia	83
	Mapa 1 Classificação de países segundo a estrutura económica, 1995	83
	Mapa 2 Classificação de países segundo o crescimento anual médio do PIB per capita, 1990	83
	Quadro 1 Taxas de crescimento económico por grupos de países, 1980-98	83
	Quadro 2 Taxas de crescimento económico segundo o tamanho e localização da população, 1980-98	84

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano 190

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

ODM 1	Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome	
	Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal	198
ODM 2	Objectivo 3 Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres	203
ODM 3	Objectivo 4 Reduzir a mortalidade de crianças	
	Objectivo 5 Melhorar a saúde materna	208
ODM 4	Objectivo 6 Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças	213
ODM 5	Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental: terra e ar	218
ODM 6	Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento	223
ODM 7	Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: ajuda ao desenvolvimento e acesso aos mercados	228
ODM 8	Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: países interiores e pequenos estados insulares em desenvolvimento	229
ODM 9	Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: sustentabilidade da dívida	231
ODM 10	Objectivo 8 Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias	232

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS. . .

1	Índice de desenvolvimento humano	237
2	Tendências do índice de desenvolvimento humano	241
3	Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento	245
4	Pobreza e privação humanas: OCDE, Europa Central, do Leste e CEI	248

. . . PARA LEVAREM UMA VIDA LONGA E SAUDAVEL. . .

5	Tendências demográficas	250
6	Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos	254
7	Principais crises e desafios da saúde no mundo	258
8	Sobrevivência: progressos e retrocessos	262

. . . ADQUIRIREM CONHECIMENTO . . .

9	Compromisso com a educação: despesa pública	266
10	Alfabetização e escolarização	270
11	Tecnologia: difusão e criação	274

. . . TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSARIOS PARA UM NIVEL DE VIDA DIGNO. . .

12	Desempenho económico	278
13	Desigualdade no rendimento ou consumo	282
14	A estrutura do comércio	286
15	Fluxos de ajuda dos países membros da CAD	290
16	Fluxos de ajuda, capital privado e dívida	291
17	Prioridades na despesa pública	295
18	Desemprego nos países da OCDE	299

. . . ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS . . .

19	Energia e ambiente	300
----	--------------------	-----

. . . PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL . . .

20	Refugiados e armamentos	304
21	Vítimas da criminalidade	308

. . . E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

22	Índice de desenvolvimento ajustado ao género	310
23	Medida de participação segundo o género	314
24	Desigualdade de género na educação	318
25	Desigualdade de género na actividade económica	322
26	Género, carga de trabalho e afectação do tempo	326
27	Participação política das mulheres	327

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

28	Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos	331
29	Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho	335

Nota técnica

- 1 Cálculo dos índices de desenvolvimento humano 340
 - 2 Identificação dos países de prioridade máxima e de prioridade elevada nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 347
-

Definições de termos estatísticos 350

Referências estatísticas 359

Classificação dos países 361

Índice dos indicadores 365